



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR - FAPS

Ata 006/2026

Às doze horas e trinta minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis, reuniram-se no Auditório Central da Prefeitura, para a reunião do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensão do Servidor, doravante denominado FAPS, os seguintes servidores, a Presidente, Cristiane Oliveira Zandonai, Juliano da Silva Arpini, Carla Viviana Lima dos Santos, Carla Luciane Kieffer, o Secretário Mateus Freitas e José Leandro Manso Tavares, como secretário do FAPS. Os servidores Dr. Pablo José Camboim de Souza e Paulo Alcir Barbosa Benclo, representando a Câmara de Vereadores. A sra Rosângela Ayres, representante dos servidores aposentados. A representante da R Prev, sra Lucília Nunes de Souza. Inicialmente, a Presidente Cristiane agradeceu a presença de todos, e passou a palavra para a sra Lucília, que fez uma rápida explanação sobre suas credenciais, sua função, passando em seguida para a análise dos documentos sobre os cálculos do município, entre eles o ano de dois mil e vinte e três. A Presidente Cristiane comentou que houve uma diminuição dos pagamentos em 2025, de 525 milhões para 339 milhões. Cresceu 166 milhões, quase um aumento de quarenta por cento. Também foi abordado sobre plano de amortização do déficit. A sra Lucília questionou sobre valores e sobre outra ideia para outro plano de amortização para os 505 milhões, comentando um prazo de trinta e um anos. A Presidente informou que será necessário um ofício ao Prefeito para propor aumento da alíquota suplementar, para melhorar o equilíbrio. A sra Lucília sugeriu contas separadas para melhorar a visualização dos valores como alíquotas e taxas, entre outros. Novamente foi abordado sobre o plano de amortização, onde constatou-se que não está atualizando a informação do déficit como deveria. O assunto sobre o ano de dois mil e vinte e três foi tratado novamente, e foi comentado que é preciso equilíbrio atuarial e financeiro, além de cuidados com o fundo, e a dívida ativa. A senhora Lucília lembrou da Lei 1467, art. 11, onde frisou que o município deve pagar e não pode jamais sair do FAPS. E reconheceu que, o que o FAPS dispõe de recursos hoje, consegue pagar as despesas existentes. Também abordou sobre meta atuarial como taxa de juros e índice inflacionário, sendo este um conceito econômico, ponderando seu comentário em que toda despesa deve ser recuperada. Na sequência, a senhora Lucília comentou que o Município deveria estar preocupado também quanto ao plano de carreira dos servidores, lembrando que, sempre haverá déficit e é preciso compensar. Complementou dizendo que, se houver falta de recursos, o Executivo, através do Prefeito, precisa completar. Ainda com a palavra, ela perguntou pela quantidade de servidores ativos e aposentados, chamando a atenção para fatos observados quanto aos registros encontrados no sistema, caracterizando os servidores como solteiros, e em muitos casos, mencionando a existência de filhos na coluna como dependentes. O servidor Juliano passou as informações como 2.500 ativos, e 700 aposentados. Retomando a palavra, sra Lucília afirmou que o





Recenciamento previdenciário, deveria ser feito no mínimo a cada cinco anos. Chamou a atenção para ter cuidado com as provisões. Ponderou sobre abono de permanencia, previdência complementar, citou com preocupação salários com valores acima do teto. Ficou acertado que a próxima reunião ficará para o dia quatorze de julho, com horário inicial às 12h30, se possível no auditório central. Nada mais havendo a constar, a reunião foi encerrada.//

